Cap. 9
Para cuidar da dor do aluno negro gerada no espaço escolar!

Elisabeth Fernandes de Sousa

In SOUZA, B.P. (Org.) **Orientação à Queixa Escolar.**
São Paulo: Portal de livros abertos da USP, 2020. 1ª. ed. 2007.
p.p. 223-240
E-book.

Essa obra é de acesso aberto.
É permitida sua reprodução total ou parcial,
desde que citada a fonte e a autoria e sem fins lucrativos,
respeitando a licença Creative Commons indicada.

Universidade de São Paulo
Instituto de Psicologia

Para cuidar da dor do aluno negro gerada no espaço escolar![1]

Elisabeth Fernandes de Sousa[2]

"Taxarão o preto de dor
E o branco tudo quanto puro
O claro todo bem amor
O ódio todo mal escuro"

(Teófilo Lima — trecho da letra
da música "O mesmo")

Não é apenas questão de pertencimento de classe social

Travar um diálogo com psicólogos e educadores sobre os reflexos do racismo no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes negros é tarefa desafiadora. O ponto de partida para o trabalho com as questões raciais em nosso país é a compreensão sobre qual seria o pertencimento racial de cada um dos sujeitos envolvidos nas relações sociais.

Neste desafio apresento brevemente alguns pontos que fundamentam a necessidade de aceitar o enfrentamento dos problemas raciais do Brasil, para a melhoria da qualidade da educação de

---

[1] Trabalho dedicado aos amigos Vladimir e José Roberto, pelo carinho e intensidade das observações cotidianas.

[2] Socióloga e pedagoga pela Universidade de São Paulo, supervisora de ensino da rede municipal de São Paulo. E-mail: elisabethfsousa@ig.com.br

nossas crianças e adolescentes, em especial os negros, bem como algumas preocupações para atender aqueles que, no espaço escolar, são vitimizados por atitudes e relações racistas.

O que vou expor aqui deriva de leituras acumuladas, conversas com professores de diversas redes de ensino, com colegas de trabalho, com amigos que militam pela extinção do racismo, e, em especial, com alunos do curso de Orientação à Queixa Escolar, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, que, em nossos colóquios anuais, têm me incentivado com seus questionamentos.

Muitas dessas pessoas, depois de nossas conversas e sob a supervisão da professora Beatriz de Paula Souza, despertam sua inquietação diante da problemática, quando aguçam suas percepções para as relações racistas que ficaram despercebidas no cotidiano escolar. E é sempre com muita coragem e profissionalismo que se perfilam àqueles que compreendem que é preciso forjar a igualdade de tratamento para estudantes negros em relação aos brancos nos ambientes escolares. Isto porque não basta que todos estejam numa mesma escola, tendo aulas com os mesmos professores para garantir que o atendimento seja o mesmo.

Isso porque nosso país é, por vezes, considerado um universo de mestiços no qual todos vivem bem. É a crença no mito da democracia racial, que difunde o ideário de que por aqui todas as pessoas são iguais, não temos problemas de racismo porque, inclusive, permitimos que negros se casem com brancos e acredita-se que no mercado de trabalho, é a competência que define quem pode trabalhar. Nesse nível de compreensão, a questão racial se torna irrelevante.

Irrelevante? Não. É um de nossos principais problemas. Ocorre que outros tipos de diferenças coexistem com as diferenças raciais e também concorrem para a formação dos sujeitos e a construção das subjetividades. São os inúmeros processos de identificação e de estruturação das identidades que mesclam os

diversos pertencimentos em todos os indivíduos. E, a depender do contexto, características destes pertencimentos adquirem nuances diferenciadas de relevância.

Todas as formas de estruturação das identificações e construções de subjetividades têm especificidades. Para compreender e trabalhar com elas é preciso isolar variáveis e analisar o que se origina daquela característica exclusiva que forja os comportamentos que advém desse ou daquele pertencimento.

O pertencimento pode ter diversas interfaces, como as de gênero, raça, idade, sexo, religião, classe social, perfil estético e perfil cognitivo, as quais são comumente organizadas por estruturas binomiais que positivam um pertencimento e negativam outro. E, por vezes, entre um pólo e outro é possível identificar uma gradação. Sendo assim, é possível imaginar a infinidade de combinações que essas polarizações podem produzir. Ocorre que as mesmas formam-se e transmutam-se nos sujeitos com maior ou menor intensidade, a depender se a variável é ou não passível de alteração em direção ao grau considerado positivo.

No caso do binômio negros e brancos em nosso país, a polarização é dada considerando que no extremo negativo estariam os negros, e no positivo, os brancos. Os primeiros, definidos como homens e mulheres com cabelos muito crespos, tez muito escura, lábios muito grossos e nariz bem chatos e os segundos, com cabelos bem lisos (claros ou escuros), olhos claros, tez clara, nariz e lábios finos.

Daí que pensar o pertencimento racial exige que o primeiro exercício a ser realizado seja o de olhar-se no espelho, procurando identificar em si quais são os seus traços, buscando definir qual é o seu lugar social nesta escala de gradação. O primeiro processo exige, então, que todos, negros e brancos, perguntem-se quem são, no que tange ao pertencimento racial.

O processo histórico de formação dessas relações no Brasil, que delegou e estruturou lugares sociais para pessoas em função de sua origem e pertencimento racial, definiu que os negros foram

escravizados e os brancos latifundiários. Assim, o período colonial brasileiro, ao trazer para cá como trabalhadores populações africanas que foram escravizadas, definiu relações de superioridade e inferioridade entre seres humanos, desumanizando as pessoas negras escravizadas, bem como seus descendentes.

Esse processo, em paralelo, deixou de oferecer/garantir escolarização, boas condições de trabalho, saúde e habitação aos ex-escravizados, fossem eles homens ou mulheres.

Por outro lado essas populações escravizadas ao longo dos séculos XVII-XIX, mesmo nesta condição, trouxeram consigo os repertórios culturais de suas regiões de origem no continente africano, e aqui foram transformando seus conhecimentos em ingredientes fundamentais para a cultura brasileira. Ao mesmo tempo, este processo de preservação indicava resistência às imposições dos colonizadores. Em contrapartida, foi mantida até nossos dias a crença de que aquilo que deriva das estruturas culturais européias são melhores e mais significativas que quaisquer outras contribuições. O que continua garantindo a hegemonia dos valores culturais deste grupo, em detrimento dos outros.

Manifestações religiosas forjadas nesse período e nesse processo, como a umbanda, o candomblé e outros cultos afros, ainda hoje têm sido menosprezadas como formação religiosa. Não são escritos nem apresentados contos, poemas e histórias com matriz africana para crianças e adolescentes nos ambientes escolares.

Os meios de comunicação, quase que exclusivamente mostram no seu rol de apresentadores e protagonistas pessoas brancas e, diversas vezes, ao apresentarem personagens negros e negras trazem e difundem imagens estereotipadas que aparecem calcadas em lugares sociais de marginalização e/ou inferioridade. São os ladrões e as domésticas, os ambiciosos, racistas e inconformados com sua condição social e que necessitam tripudiar para conseguir ascensão, e isso é sempre impossível.

Foi como decorrência dessa situação recentemente pesquisada em nosso país e acreditando que o combate à discriminação

racial passa necessariamente pela mudança das estruturas pedagógicas, que foi promulgada a alteração da LDB 9394/96 com a Lei 10.639, que instituiu o ensino de história e cultura africanas nos currículos escolares. Por que se acredita que, para que o sentimento de inferioridade das pessoas negras diante das pessoas brancas desapareça, a população negra precisa de referenciais positivos no que diz respeito ao seu pertencimento. Isso quer dizer valorizar seus traços fenotípicos, divulgar e positivar a cultura afro-brasileira, bem como suas manifestações, como o *hip-hop* ou o candomblé, por exemplo.

Por fim, é preciso frisar que, em nosso país, existe profunda desigualdade na escolarização de negros e brancos, garantindo para os primeiros os maiores índices de analfabetismo e as piores condições de sobrevivência. Daí infere-se que as estruturas de sobrevivência do período colonial, calcadas na subserviência das pessoas negras, não foram destruídas e é nosso dever trabalhar para que isso aconteça.

Conceitos de apoio

A reflexão teórica sobre as relações raciais no Brasil é produzida desde o século XIX. Naquele momento, a ciência, influenciada pelo paradigma positivista e evolucionista, conseguia justificar a superioridade das pessoas brancas, considerando que as pessoas negras seriam uma espécie de descendentes de animais. A primeira metade do século XX contou com as pesquisas do professor Florestan Fernandes, as quais indicaram que, de fato, existiam diferenças entre negros e brancos e que as mesmas eram reflexos do processo escravista. Este autor afirma que, com a miscigenação, essas diferenças tenderiam a desaparecer e os negros, uma vez escolarizados, poderiam ser integrados à sociedade de classes. Mas isso não é possível, porque nossas relações sociais estão marcadas pelo racismo, que é assim definido por Munanga (2004):

> Racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido nos traços físicos. A raça, em sua concepção é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. (Munanga, 2004, p. 24)

Já é bastante comum entre nós que nossas crianças sejam socializadas, desde a mais tenra idade, pela família em conjunto com instituições educacionais como creches, pré-escolas e escolas. Isto faz com que aprendam valores e comportamentos nos dois ambientes e é neste processo que as mesmas receberão referências sobre o seu pertencimento racial. Paulatinamente irão definindo seu pertencimento e, ao mesmo tempo, aprendendo a se comportar diante das relações raciais. Aí poderão aprender a ser preconceituosas ou não, a depender do posicionamento dos adultos que as ensinam.

Infelizmente, esses adultos, se orientados pelo mito da democracia racial e pela crença na superioridade das pessoas brancas, tenderão a ensinar isso para todos os alunos, negros ou brancos. Nesse processo ao perceberem que seu lugar nestas relações é o da inferioridade, os alunos negros podem passar por situações de humilhação e constrangimento, as quais podem gerar forte dor e trauma.

> Os preconceitos fazem parte de uma tradição cultural que se transmite, por assim dizer, espontaneamente: as crianças adquirem-nos pelo contato com os seus professores, colegas, mestres da escola dominical (religiosa) e sobretudo com seus

> pais. Entre estes últimos, alguns não querem que suas crianças tenham preconceitos; outros pelo contrário, inculcam-nos nelas, porque eles próprios foram educados na convicção de que é conveniente e natural tê-los. Eles o fazem agindo de uma certa maneira, exprimindo certas aversões, opondo-se a certas relações, formulando certos comentários, deixando entender que é ridículo ou vergonhoso fazer isto ou aquilo etc. Acontece mesmo que os adultos fazem troça das crianças para melhor lhes despertar certos preconceitos. Mas, na maior parte dos casos, os adultos não têm consciência de que inculcam preconceitos nas crianças. (Rose, 1960, p. 180)

Somado à compreensão do significado de racismo e de preconceito, é precioso entender também que a identidade vai sofrendo modificações cotidianas em função da estruturação do autoconceito.

> O autoconceito é moldado por uma experiência particular — sem igual — em um sistema interativo que inclui a família e sua cadeia social primária de amigos e família e organizações significantes. As visões desse coletivo e o que produzem, como as políticas e práticas sociais, tanto estabelecem as percepções e respostas individuais quanto eventualmente determinam as bases de avaliação do autoconceito. Nesse sentido, o autoconceito que emerge nesse processo influencia o desempenho e a performance individual na escola e na vida. Isso significa dizer que a sociedade, por meio das relações sociais estabelecidas pelos indivíduos, exerce forte influência na formação de qualquer identidade, uma vez que esta mantém estreita relação com fatores sociais (gênero, raça, classe social) e físicos (o corpo com suas características físicas) Cada pessoa constrói o seu modo próprio de ser, viver, conviver, isto é, a sua identidade, ao ir pondo sentido nos objetos, nos acontecimentos, nas relações entre as pessoas, entre elas e a natureza. Este gesto,

> renovado continuamente ao longo da existência, de significar o mundo, se produz no ambiente da família e da comunidade, sendo informado pela classe social, pelos grupos de gênero e de raça de que se faz parte. (Silva, 1991, p. 182)

A difusão da crença na inferioridade das pessoas negras pode provocar nelas alienação e negação da identidade racial, em função da associação automática do seu pertencimento a contextos de marginalização, desmerecimento e banditismo, somado à exaltação dos traços europeus como padrão de beleza para toda a população brasileira. Sendo assim, fica difícil ter vontade de existir, de ser humano, de se considerar humanizado, ser reconhecido como portador de direitos e deveres e como corresponsável pelo processo histórico que forjamos diariamente. Enfim, ser sujeito.

Garotos e garotas, moças e rapazes — pertencimento de gênero e raça

É sabido que as mulheres têm maior presença que os homens nos espaços escolares. Porém isso não representa que, no processo educativo, eles estejam sendo educados com os princípios da equidade, inclusive porque os padrões estereotipados que definem o lugar de ambos são facilmente localizados em materiais didáticos e paradidáticos.

Mary Wollstonecraft (1995) afirma que as diferenças entre meninos e meninas existem, porém a inferioridade da mulher nada mais é do que fruto da educação. Assim o modelo de "boa menina" transforma as mulheres que o seguem em um grande grupo inferiorizado na sociedade, com salários menores do que os dos homens, menos oportunidades de expressão, criatividade e liberdade.

No caso das crianças e adolescentes negros, paira no espaço escolar o preconceito quanto à sua capacidade cognitiva, sendo a eles reservado, com frequência, o não reconhecimento de suas

habilidades cognitivas. Para os garotos, são estimuladas suas habilidades para os esportes e, para as moças, a limpeza dos ambientes escolares. Se para meninas e garotas é comum se ensinar a subserviência, para os negros isso é mais intenso. A desconstrução do lugar de negro forjado durante o período colonial não tem sido necessária nos ambientes escolares. As meninas brancas têm mais atenção das professoras. Crianças negras com maior capacidade cognitiva surpreendem aos professores, mas a própria estrutura social, familiar e escolar os desestimula à aprendizagem.

A dor gerada nesses alunos no ambiente escolar, em geral deriva do fato de acreditarem em sua "burrice". E isto não tem variação para garotos e garotas. O que é possível observar são as decorrências de tal crença no comportamento. Os garotos, muito em função do estímulo à sua virilidade, são considerados mais indisciplinados. Não é difícil encontrar um deles afirmando que ao crescer pretende tornar-se um grande bandido. As garotas negras, em geral, emudecem. Porque são consideradas feias e indesejáveis, entristecem. Seu aproveitamento escolar é mediano, não ocupam o cenário da sala de aula.

Em 2003, ao fazer uma observação em uma 4ª série, vi duas alunas negras ficarem durante uma aula inteira de educação artística, em busca de um grupo para fazer o trabalho solicitado pela professora. Só ao final da aula, sem resolver o problema, porque a aceitação dependia dos outros colegas, as garotas tiveram coragem de reclamar para a professora, a qual, em seguida, expôs a questão para a sala. Demorou um pouco para que a situação se modificasse. Isto só ocorreu quando o grupo formado por garotas mestiças aceitou as enjeitadas. Que dor é essa? É uma dor de rejeição, que não era exclusividade daquele grupo ou daquele momento. Às garotas negras é ensinado, desde a tenra idade, que não podem ser amadas, queridas, com a justificativa de serem tidas como incompetentes e feias.

Outra possibilidade de comportamento também dolorida, é a agressão física. É o que ocorre com muitas das garotas negras

que são enviadas à diretoria frequentemente, porque teriam agredido colegas, meninos ou meninas, rapazes ou moças. A pesquisa dos motivos dessas agressões sempre revela seu vínculo com o pertencimento racial. Alguém teria ironizado seus cabelos, lábios, cor da pele, cheiro, local de moradia, etc. o que teria instigado à raiva. Esse tipo de comportamento pode ocorrer com garotos também.

Na condição de diretora de escola atendi a um garoto de 14 anos da 7ª série que teria agredido ao colega com muita força. Chegou à minha sala nervoso e descontrolado. Pedi que se sentasse, bebesse água e contasse sobre o ocorrido. Ele relatou que a agressão ocorrera em função de o colega ter atirado o seu boné no vaso sanitário. E eu perguntei porque ele precisava de boné e ele disse que era porque o cabelo não estava cortado. O cabelo? É preciso ter coragem para exibir o cabelo crespo e aguentar todas as humilhações que derivam disto. E muitas vezes esse garoto agredido e humilhado é expulso dos espaços escolares porque bateu em um colega. É preciso atentar para o grau das humilhações que se suporta em silêncio durante inúmeros anos de escolarização.

A educação de garotas e garotos negros precisa valorizar seu desenvolvimento cognitivo e inseri-los em espaços de valorização do pertencimento racial. Que tal um casal caipirinha de alunos negros, só para variar bastante? É horrível não ter alguém que queira dançar quadrilha consigo.

Silêncios, diálogos, distribuição de afeto e resistências

Sob a influência do mito da democracia racial e da crença na inferioridade de negros diante de pessoas brancas no âmbito das relações interpessoais, as oportunidades dadas são diferentes para os alunos se sentirem aceitos, respeitados e positivamente participantes das atividades desenvolvidas na escola. Para os alunos brancos é maior a doação de carinho, agrados, estímulos, incentivos e atenção, entre outros, do que para os negros (Leite, 1975; Leite, 1988;

Cavalleiro, 2000). Neste sentido a discriminação de gênero pode ser percebida no fato de que as meninas brancas acabam por receber mais afeto de seus professores/as que os meninos.

Essas atitudes magoam e estigmatizam, mesmo considerando os atos dos/as professores/as como inconscientes, em relação às crianças negras e/ou do sexo feminino, porque as repercussões psicológicas tendem a perdurar mesmo cessada a violência e a discriminação.

Os estudos sobre questão racial e educação[3] em nosso país, ora dizem que a população negra, perante a situações de discriminação racial, é levada no seu processo educacional a silenciar sobre os assunto, ora demonstram que negros e negras criam estratégias de resistência aos processos de discriminação racial.

> "Silencia" um sentimento de impotência ante o racismo da sociedade, que se mostra hostil e forte. "Silencia" a dificuldade que se tem em se falar de sentimentos que remetem ao sofrimento. "Silencia" o despreparo do grupo para o enfrentamento do problema, visto que essa geração também apreendeu o silêncio e foi a ele condicionada na sua socialização. [...] Ao silenciar, a escola grita inferioridade, desrespeito e desprezo. Neste espaço, a vergonha de hoje somada à de ontem e, muito provavelmente, à de amanhã leva a criança negra a represar suas emoções, conter seus gestos e falas, para quem sabe, passar despercebida num espaço que não é o seu. (Cavalleiro, 2000, p. 100)

Aspectos da educação para o silenciamento estariam, portanto, sendo inculcados na formação de pessoas negras já na primeira infância. Familiares, creches e pré-escolas apresentam

[3] Uma análise da bibliografia sobre o negro brasileiro, publicada pela Fundação Palmares, em 2000, sob coordenação do prof. Kabenguele Munanga, no que diz respeito à educação, revela um pequeno número de dissertações e teses sobre a temática. Há, sim, muitos artigos que se concentram tematicamente em pesquisas sobre a imagem do negro em livros didáticos ou sobre a produção histórica a respeito do negro brasileiro.

comportamento banalizante quanto à questão racial, que é considerada aspecto dispensável no processo de formação de nossos cidadãos. É necessária a compreensão de que a escolarização pode atuar como agente positivo no processo de estruturação de identidade negra, desenvolvendo atitudes e procedimentos de orgulho, em oposição ao silenciamento, ao racismo e submissão étnica.

Por outro lado, a apreensão dos processos de discriminação racial pode ser dificultada porque convivem, em nosso espaço social, diversos tipos de discriminação. Pessoas que não sejam facilmente enquadrados nos padrões de comportamento vigente e homogeneizantes também sofrem discriminação. Se postas em questão as especificidades da discriminação racial, pessoas discriminadas por outros motivos podem desenvolver um sentimento de exclusão, de desprivilegiamento.

Agredir colegas pode ser então estratégia de sobrevivência ou de resistência às dores forjadas pelo racismo durante as relações nos ambientes escolares. Nem sempre os familiares dos alunos negros conseguem conversar sobre as relações racistas objetivando o fortalecimento da autoestima e o forjamento de reações calcadas na positivação da autoestima. Enraivecidos com o destrato, agridem fisicamente.

Para mudar esse quadro é necessária a escuta por parte dos adultos, que em seguida precisam dialogar com as partes em conflito. Todos os alunos precisam compreender que as ofensas raciais machucam bastante e que aspectos do pertencimento fenotípico das pessoas negras também precisam ser valorizadas. Beijar, acariciar, abraçar, brincar, sentir, olhar, enfim, gostar das pessoas negras, é fundamental para eliminar o racismo e as dores causadas pela discriminação racial. E no lugar da hierarquia, colocar-se a convivência das diferenças.

É preciso sensibilidade para perceber quando os conflitos e sofrimentos têm fundamentação racial. Isso precisa ser pensado por todas as pessoas. Num processo desta natureza, cada um compreende o significado do seu pertencimento e o ressignifica.

E o que pode acontecer dentro da escola?

A atual legislação de ensino e a estrutura escolar que foi ampliada ao longo das últimas décadas, caminham para a universalização acesso ao ensino fundamental. Mas, perversamente, no bojo da escola, o currículo elitista somado à precariedade do trabalho ali desenvolvido provoca evasão e repetência. Não foram combatidos os fatores que geraram a impossibilidade de as escolas públicas realizarem um trabalho a contento.

A política de educação nacional compromete-se em garantir estudo para crianças e adolescentes até a conclusão do ensino médio. Continuar a escolarização depende do mérito do aluno. Mérito pode ser, então, compreendido como condições de realizar uma prova cujos conteúdos são considerados universalizantes.

No cotidiano escolar encontram-se profissionais da educação despreparados para trabalhar e intervir em situação de racismo e de sexismo (Valente, 1995; Oliveira, 1992; Moura, 1997; Cavalleiro, 2000; Botelho, 2000). Por isso a formação de profissionais da educação abre perspectivas para a proposição de estratégias para conter e eliminar o racismo e o sexismo, isto é, as discriminações de raça e de gênero, no sistema educacional, seja modificando as práticas educativas, a linguagem, o currículo, os livros didáticos, seja desenvolvendo novos recursos pedagógicos.

Ingredientes importantes para uma relação de cuidado com o estudante atendido

A discussão sobre discriminação racial contra os negros no Brasil talvez fosse balela se o fato de ser possuidor de traços fenotípicos da raça negra não significassem automaticamente limitações para participar na vida social, as quais dificultam as relações afetivas e o acesso ao mercado de trabalho. Por isso é preciso e precioso valorizar cada reclamação de ocorrência de discriminação e preconceito no espaço escolar. A vítima dessas

situações não se pode sentir culpada por tal acontecimento. Ela precisa compreender que foi ofendida e humilhada e que ser tratada desta forma é consequência do histórico das relações raciais desenvolvidas em nosso país.

O profissional que a atende precisa ser solidário com a pessoa que traz a reclamação, quando ofendida pelas atitudes racistas de amigos e/ou professores. Precisa demonstrar afeto e respeito por essa vítima e valorizar a sua existência na escola, na família e na sociedade, estimulando o pertencimento às estruturas escolares, como meio de ampliar a participação social e conquistar o reconhecer favoravelmente a diversidade racial.

Vale atentar para a bibliografia produzida sobre o assunto e para as imagens veiculadas pela mídia, pois podem servir de subsídio para o diálogo com a criança atendida. É importante compreender que as características fenotípicas podem incomodar muito; é importante observar e elogiar lábios, nariz, cabelos, indumentária, formato do rosto e corpo, cor da pele, tecendo comentários positivos sobre tais traços.

É interessante também que no espaço de atendimento de pessoas negras, caso seja possível, existam imagens de outras pessoas negras e letras de músicas pertinentes, por exemplo. É possível também conversar sobre a história do povo negro e incentivar a pesquisa sobre o continente africano.

Antes de mais nada, como sinaliza Maria Aparecida Bento (2000), é preciso refletir sobre o seu próprio pertencimento racial. Olhar no espelho e pensar sobre o que as pessoas dizem a respeito de sua imagem, o que é positivo nisto e por quê.

Os estudantes vitimizados pelo racismo no espaço escolar podem apresentar autorrejeição, rejeição ao seu outro igual, rejeição por parte do grupo, autoestima rebaixada, ausência de reconhecimento de capacidade pessoal, timidez, apatia, pouca ou nenhuma participação em sala de aula, emoções represadas, gestos e falas contidas, ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial, agressividade aparentemente sem motivo,

submissão (docilidade) excessiva, recusa em ir para a escola, dificuldade de aprendizagem e evasão escolar.

É necessário dialogar com eles sobre a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, sem receio e sem preconceito.

Com as meninas negras, em especial, é preciso estimular valores como a coragem, a curiosidade e a inteligência. Com os meninos, estimular a afetividade, o respeito, a organização. Enfim, é interessante explorar, debater e construir a ideia e o sentimento de que as pessoas são mesmo diferentes entre si e que a diferença deve ser cultivada e respeitada.

Considerando as questões dolorosas que podem advir das relações raciais em função de o pertencimento racial dos negros ser apresentado como inferior, o trabalho consiste em modificar o polo de valoração deste pertencimento, ensinando aos alunos que a hierarquia racial é desnecessária e que, portanto, é preciso agregar aqueles que acreditam nisto, a fim de combater os que maltratam as pessoas negras e beneficiam-se do resultado do nosso perverso processo histórico de construção da hierarquia racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, E. N. (org.) *Rap e educação, Rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999.

BARBOSA, I. M. F. *Socialização e relações raciais*: um estudo de família negra em Campinas. São Paulo: FFLCH–USP, 1983.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. *Brancos e negros em São Paulo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1959.

BENTO, M. A. *Ação afirmativa e diversidade no trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BERGER, P. L. *A construção social da realidade*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. (org.) *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CARNEIRO, S. Uma guerreira contra o racismo. Entrevista publicada pela revista *Caros Amigos*, ano III, n. 35, Fev. 2000.

CARRANO, P. C. Juventudes: as identidades são múltiplas. *Movimento*. Revista da Faculdade de Educação da UFF, Niterói, n. 1, Mai. 2000.

CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto–Humanitas, 2000.

CECHETTO, F. R. Galeras *funk* cariocas: os bailes e a constituição do *éthos* guerreiro. In: ZALUAR, A; ALVITO, M. (org.) *Um século de favela*. Rio de janeiro: FGV, 1999.

CHAUÍ, M. História do povo brasileiro. In: *Brasil*: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

DAYRELL, J. Juventude, grupos de estilo e identidade. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, n. 30, Dez. 1999.
FARIA, N. (org.) Gênero nas políticas públicas. *Cadernos Sempre Viva*. Sempreviva Organização Feminista, São Paulo, 2000.
FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3ª ed. v. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.
FURLANI, L. M. T. *A claridade da noite*: os alunos do ensino superior noturno. São Paulo: Cortez, 1998.
GARCIA, S. M. Conhecer os homens a partir do gênero e além do gênero. *Homens e masculinidades*: outras palavras. ECOS, São Paulo, n. 34, s/d.
GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1963.
GOMES N. L. *A trajetória escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial*: um estudo de caso em uma escola municipal de Belo Horizonte. 1994. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
GONÇALVES, L. A. *O silêncio de um ritual pedagógico a favor da discriminação racial*: um estudo acerca da discriminação racial como fator de seltividade na escola pública de primeiro grau. 1985. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. (org.) *Tirando a máscara*: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
MOEHLECKE, S. *Propostas de ações afirmativas no Brasil*: o acesso da população negra ao ensino superior. 2000. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo.
MUNANGA, K. (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp-Estação Ciência, 1996.
NOGUEIRA, I. B. *Significações do corpo negro*. 1998. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo.

OLIVEIRA, E. *Relações raciais nas creches diretas do município de São Paulo*. 1992. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

OLIVEIRA, I. *Desigualdades raciais*: construções da infância e da juventude. Rio de Janeiro: Ed. Intertexto, 1999.

ROSEMBERG, F. Educação infantil, classe, raça e gênero. *Caderno de Pesquisas*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 96, p. 58-65, Fev. 1996.

_____.; PINTO, R. P. (org.) Raça negra e educação. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 63, Nov. 1987.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. Portugal. 6ª ed.. Porto: Afrontamento, 1997.

SINGER, P.; Brant, V. C. (org.) *São Paulo*: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes-CEBRAP, s/d.

TRINDADE, A. (org.). *Multiculturalismo*: mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

TURRA, C.; Venturi, G. *Racismo cordial*: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Datafolha-Folha de São Paulo, 1995.

WERNECK, J. (org.). *O livro da saúde das mulheres negras*: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas-Crioula, 2000.

WOLLSTONECRAFT, M. *A vindication of the rights of woman*. Londres: Orion Publishing, 1995.